

Secções

Página Principal

Última Hora

Regional

Ocorrências

Nacional

Internacional

Economia

Desporto

Internet

Cultura

Opinião

Religião

Última Página

Necrologia

Suplementos

Revista Olhar

Pedras Vivas

Outros

Serviços

Assinaturas

Informações

Publicidade

Passatempos

Passatempos

Suporte

Contactos

Redacção

Comerciais

Administração

Jornal da Madeira / Região / 2011-07-08

Com o novo sistema de contratação e execução de empreitadas de obras públicas

Câmara do Funchal teve poupança de 3,7 milhões

A Rui Pena, Arnaut & Associados (RPA) organizou ontem, no Funchal, uma sessão sobre "Alguns Aspectos da Contratação e Execução de Empreitadas de Obras Públicas", a qual teve lugar no Museu de Arte Sacra.



A sessão de abertura foi efectuada pelo presidente da Câmara Municipal do Funchal, Miguel Albuquerque, sendo que a apresentação do tema conduzida pelos sócios RPA Mónica Carneiro Pacheco e Gonçalo Guerra Tavares. Falando ao JM, Gonçalo Guerra Tavares destacou que alguns dos temas abordados na sessão "têm ligação com as medidas que foram agora impostas

pelo memorando da "troika", nomeadamente em matéria de contratação pública sobre o âmbito de aplicação do Código, concretamente sobre quais as entidades que estão obrigadas a seguir os procedimentos de contratação".

Disse ainda que um dos aspectos abordados é a "escolha do procedimento, uma vez que uma das medidas que vai ser imposta agora e que tem de ser implementada pelo Governo até ao 3.º trimestre é a de acabar com os regimes especiais de contratação, sendo a adjudicação por ajuste directo só nos casos previstos no Código em que de facto é admissível, pois a criação de regimes especiais vão terminar".

Por seu lado, o presidente da Câmara Municipal do Funchal considerou o novo sistema de Contratação e Execução de Empreitadas de Obras Públicas "mais transparente, que estabelece mais concorrência e maior exactidão relativamente às adjudicações que são feitas".

Assim, destacou que com o novo sistema "a avaliação das obras que foram adjudicadas nos últimos dois anos, face ao que era previsto, baixou 3,7 milhões de euros, o que representa, por um lado, uma poupança para o contribuinte e, por outro lado, é o sistema que estabelece maior concorrência e maior transparência". Miguel Albuquerque considerou ainda que estas acções de formação, "sobretudo desenvolvida por uma sociedade de advogados privada, vem beneficiar o próprio sector público, daí a presença de quadros da administração local e regional".

Augusto Soares